

# Comissão aprova projeto que exige de motociclistas CNH conforme potência

As regras só serão válidas para novas habilitações. Pelo projeto, a categoria "A" será dividida em três subcategorias, de acordo com a potência da moto.

Divulgação/Pros



A Comissão de Viação e Transportes da Câmara aprovou na quarta (29) o Projeto de Lei 3245/15, do deputado Ronaldo Fonseca (DF), que divide em três

o número de categorias de habilitação para as motocicletas, levando em consideração a potência.

O projeto de lei de Ronaldo Fonseca

propõe graduar as exigências da habilitação conforme a potência dos veículos motorizados de duas rodas, alterando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, Lei 9503/97), para prever três categorias de habilitação para motocicletas.

“Objetivo principal é a redução de acidentes fatais envolvendo motociclistas, assim como exigir maior preparo para os condutores de motos, considerando que, conforme as cilindradas, a moto aumenta de tamanho, peso e potência, e isso muda completamente a maneira de conduzi-la”, ressaltou Fonseca.

p.2



Conheça o texto completo do PL 3245/15



## Biondini propõe incentivo a empresas que ajudam na ressocialização de jovens

O deputado Eros Biondini (MG), líder do Pros, protocolou na última semana o Projeto de Lei 7200/17 que institui incentivo fiscal para doações e patrocínios a projetos de ressocialização de dependentes químicos e condenados. Com o estímulo, empresas poderão deduzir até 6% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica no período de apuração.

A proposta estabelece que as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios aos projetos de ressocialização ou reintegração ao mercado de trabalho de dependentes químicos ou condenados em Comunidade Terapêutica (CT) ou Associação de Proteção e Assistência a Condenados (Apac).

### **i** Cadastro Nacional da Pessoa Idosa

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou na quarta-feira (29) o relatório do deputado Eros Biondini (Pros-MG) ao Projeto de Lei 5678/16, que cria o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

De acordo com Biondini, o objetivo do cadastro é criar um banco de dados de caráter público que tem a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permi-



tam a identificação e caracterização socioeconômica da pessoa idosa.

p.4

# Projeto do deputado Ronaldo Fonseca divide habilitação de acordo com potência da moto

Divulgação/Pros



O relatório do deputado Gonzaga Patriota na Comissão de Viação e Transportes foi pela aprovação, com substituto, do projeto do deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF). O relator manteve o

mérito do projeto e deixou a cargo do Contran as regras para a mudança de uma subcategoria para outra.

Pelo texto, a categoria A terá três subcategorias divididas pela potência,

conforme proposta do parlamentar. Portanto, a categoria A, para condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral, abrangerá as seguintes subcategorias:

**Subcategoria A1** Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC)

**Subcategoria A2** Para veículos com motor até 300cc (trezentos centímetros cúbicos de cilindrada)

**Subcategoria A3** Para veículos com motor até 700cc (quatrocentos centímetros cúbicos de cilindrada)

## Alterações

Pelo projeto, as modificações inseridas no art. 143 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) não prejudicarão os condutores que tenham a Permissão Para Dirigir ou a Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "A" já expedidos até a data de entrada em vigor desta lei, nem o candidato cujo processo de habilitação já tiver sido iniciado e ele seja considerado apto até 180 (cento e oitenta) dias após essa data.

A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de con-

ceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito. Além disso, deverá incluir curso de direção em circuito fechado específico, preliminar à prática em via pública, para os candidatos à categoria A e suas subcategorias.

## Tramitação

O projeto, que tem tramitação conclusiva, ou seja, sem necessidade de ser aprovado pelo Plenário, segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## expediente

Anexo II - Piso Superior - Ala B - Sala 179  
Telefone: (61) 3215-9996

Email: comunicacao.lidpros@camara.leg.br

Líder: Eros Biondini (MG)

Chefe de Gabinete: Jairo Ribeiro

Coordenador de Comunicação: Thyago Marcel

Fotógrafo: André Abrahão

Diagramador: Jefferson Santos

[prosnacamara.org.br](http://prosnacamara.org.br)



[facebook.com/prosnacamara](https://facebook.com/prosnacamara)



[twitter.com/LiderancaPROS](https://twitter.com/LiderancaPROS)



[flickr.com/prosnacamara](https://flickr.com/prosnacamara)



Leia nosso informativo no seu celular

Para acessar o informativo da Liderança do PROS no seu smartphone, instale um leitor de QR Code e fotografe a imagem ao lado.

# Comissão de Seguridade Social aprova requerimentos de audiência pública de Odorico Monteiro

*Confira os 5 pedidos de audiência pública protocolados pelo deputado Odorico Monteiro*

O deputado Odorico Monteiro (Pro-CE) movimentou na quarta-feira (29) a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados com cinco requerimentos com pedido para realização de audiências públicas.

De acordo com os requerimentos aprovados e listados ao lado, o deputado busca levar até a CSSF audiências públicas com a finalidade de avaliar e debater:

**Conheça detalhadamente cada um dos requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 444/17** - do Sr. Odorico Monteiro - que "solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de avaliar e debater a Política Nacional de Hemoderivados".

**REQUERIMENTO Nº 445/17** - do Sr. Odorico Monteiro - que "solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade

REQ 444/17 a Política Nacional de Hemoderivados

REQ 445/17 o Projeto Brasil Amanhã, da Fundação Oswaldo Cruz

REQ 446/17 a importância do uso nome social, bem como o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no contexto do Decreto nº 8.727/2016

REQ 447/17 o Programa Criança Feliz

REQ 448/17 a necessidade de regulamentação da Terapia Comunitária Integrativa

de conhecer e debater o Projeto Brasil Amanhã, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)"

**REQUERIMENTO Nº 446/17** - do Sr. Odorico Monteiro - que "solicita a realização de Audiência Pública para debater a importância do uso nome social, bem como o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no contexto do Decreto nº 8.727/2016".

**REQUERIMENTO Nº 447/17** - do Sr. Odorico Monteiro - que "solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Criança Feliz".

**REQUERIMENTO Nº 448/17** - do Sr. Odorico Monteiro - que "solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a importância e a necessidade de regulamentação da Terapia Comunitária Integrativa".

## Felipe Bornier propõe medidas de prevenção a roubos e assaltos em transportes públicos

*O deputado destacou ainda que a medida é barata e eficiente*

Milhares de assaltos em transportes públicos coletivos e um alto índice de assassinatos, em decorrência dessa prática, são registrados todos os anos no País. Com o intuito de proporcionar mais segurança aos usuários e profissionais do ramo, o deputado federal Felipe Bornier (Pro-RJ), apresentou o Projeto de Lei 7062/17 que obriga as empresas prestadoras de serviços de transporte público coletivo a implementarem um sistema de alerta de segurança nos veículos.

"A medida vai minimizar o alto índice de roubos, furtos e assaltos nos transportes coletivos, garantindo, assim, mais segurança aos passageiros e trabalhadores dessa área. Além de facilitar o trabalho de autoridades da segurança pública no combate a este tipo de crime", explicou o deputado.

De acordo com a proposta, todos os veículos de transporte público, com capacidade para 12 passageiros ou mais, deverão conter um botão de fácil acesso ao cobrador ou motorista que aciona o sistema de aler-

ta por meio do letreiro luminoso externo do veículo, e informar, externamente, que aquele coletivo está sob ataque ou domínio de criminosos.

"Pesquisas apontam que demonstrar, por um mecanismo externo e visível, que o veículo está sob ataque pode diminuir a incidência de roubos e assaltos nos coletivos. A ideia da proposta é mostrar para qualquer pessoa, na rua, a situação de perigo. Isso vai dar mais agilidade na ação da polícia, em contornar a situação", disse Felipe Bornier.

O autor do projeto destacou ainda que a medida é barata e eficiente, uma vez que propõe o reaproveitamento de equipamentos obrigatórios dos coletivos.

"A proposta é totalmente adaptável e pode ser implementada de forma rápida e com baixo custo, considerando que já existem letreiros sinalizadores em todos os veículos de transportes coletivos.", concluiu o deputado.

Fonte: Ascom do parlamentar.



# Eros Biondini propõe incentivo a empresas que ajudam na ressocialização de dependentes químicos

*Empresas poderão deduzir valores doados do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica*



A proposta contida no Projeto de Lei 7200/17, que institui incentivo fiscal para doações e patrocínios a projetos de ressocialização de dependentes químicos e

condenados, estabelece que as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios aos projetos de ressocialização ou reintegração ao mercado de trabalho de dependentes químicos ou condenados em Comunidade Terapêutica (CT) ou Associação de Proteção e Assistência a Condenados (Apac).

“O combate ao uso abusivo de drogas ainda é um desafio enorme para o País, porque se trata de um fenômeno complexo, cujas raízes estão relacionadas com aspectos sociais

e culturais”, ressaltou Biondini, que preside a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, Acolhedoras e APAC’s.

## Tipos de doação

De acordo com o texto, as doações poderão ser em dinheiro, transferência de bens móveis ou imóveis, comodato ou cessão de uso, realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos, como também o fornecimento de material de consumo, de medicamento ou alimentação. O doador deverá observar ainda que pela proposta, em qualquer hipótese, o valor da dedução, máxima de 6%, não poderá ultrapassar o valor de mercado do bem doado.

## Relatório do deputado Eros Biondini aprova projeto que cria o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa

*“Queremos criar condições para um bom envelhecimento, marcado por maior longevidade, saúde e inclusão”, destacou Biondini*

O relatório do deputado Eros Biondini (MG), líder do Pros na Câmara, foi destaque na última semana durante reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que aprovou o Projeto de Lei 5678/16, que cria o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

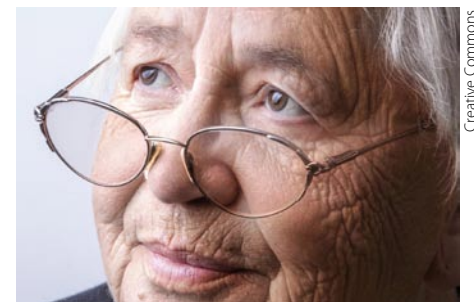
“Queremos criar condições para um bom envelhecimento, marcado por maior longevidade, saúde e inclusão. O Papa Francisco, durante a Jornada Mundial da Juventude de 2013, já havia destacado a sua preocupação com o tema, ao dizer que um País que não cuida de

seus jovens e idosos com atenção é um País sem justiça social”, destacou Biondini ao ter o relatório ao Projeto de Lei.

### Dados

O deputado explicou ainda que o apoio do Legislativo ao projeto se dá em um momento de preocupação, em termos de políticas públicas, com o avanço da população idosa no País. “É importante registrar que as mudanças demográficas no país indicam um crescimento da parcela de pessoas idosas na população total. Conforme projeções, estima-se que a população idosa passará dos 24,9 milhões, em 2016, para 73,5 milhões, em 2060, o que, em termos relativos, representa um salto de 10% para 33,7%”, afirmou Biondini.

Sob a relatoria de Eros Biondini, o projeto foi aprovado na comissão, com duas emendas. “Apenas a título de aperfeiçoamento propomos duas emendas. A primeira visa assegurar que os dados colhidos serão obtidos e disponibiliza-



dos resguardando-se o direito à privacidade da pessoa idosa. A segunda emenda visa incluir, no cadastro, informações relativas às Instituições de Longa Permanência de Idosos – ILPI”, disse.

### Tramitação

O projeto, da deputada Leandre (PV-PR), altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) e tramita em caráter conclusivo, ou seja, não há necessidade de passar pelo Plenário para ser aprovado. Agora, o PL segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



# Toninho Wandscheer participa de reunião deliberativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano

*O deputado federal Toninho Wandscheer é membro titular do colegiado*



Divulgação/Pros

O deputado federal Toninho Wandscheer (Pros-PR) participou na quarta-feira (29) de reunião deliberativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. Na oportunidade, destacou

a sua participação como membro titular do colegiado, assim como a eleições de seus dirigentes.

“Tenho certeza que será um ano de bastante trabalho e sabemos da sua

capacidade, senhor presidente, de conduzir essa comissão da melhor forma possível”, disse Wandscheer ao elogiar a eleição do deputado Givaldo Vieira (PT-ES) para o cargo de presidente.

A comissão começa os seus trabalhos com o objetivo de discutir os principais temas ligados ao desenvolvimento urbano, entre eles o saneamento básico, a infraestrutura, a mobilidade urbana e a habitação.

No ano passado, o trabalho do deputado Toninho Wandscheer foi destaque no colegiado e elogiado, especialmente, pelos pequenos construtores do Brasil, que acompanharam o parlamentar nas discussões que levaram recentes mudanças ao Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

## **Eleição**

A instalação e eleição do presidente e do 1º vice-presidente, deputado Caetano (PT-BA) ocorreu na última quinta-feira (23). Nos próximos dias, a comissão deve se reunir para eleger os seus 2º e 3º vice-presidentes.

## Deputados federais do PROS assumem comissões permanentes da Câmara

*No total, são 25 colegiados na Câmara dos Deputados responsáveis por discutir projetos de lei e outras proposições*



Arte divulgação/Pros

A Câmara dos Deputados instalou na quinta-feira (23) as suas 25 comissões permanentes. Os deputados federais do PROS assumiram titularidade em importantes colegiados da Casa.

Cabe às comissões discutir e votar os projetos e outras proposições em tramitação na Câmara. Em alguns momentos, elas possuem uma prerrogativa conhecida como poder conclusivo, ou seja, podem decidir sobre um projeto de lei, por exemplo, sem necessidade de que a mesmo passe pelo crivo do Plenário.

### **Papel das comissões**

São órgãos técnicos criados pelo Regimento e constituídos de

deputados, com a finalidade de discutir e votar proposições apresentadas à Câmara. Comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao Plenário. Além disso, possuem o poder conclusivo, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passarem elas pelo Plenário da Casa.

A composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa. Na ação fiscalizadora, as Comissões atuam como mecanismos de controle dos programas e projetos executados ou em execução, a cargo do Poder Executivo.

# Conheça propostas do deputado Odorico Monteiro para comissão do PL 6437

*Piso salarial, atribuições e processo de trabalho envolvendo os Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias*



Divulgação/Pros

O deputado Odorico Monteiro (Pros-CE) falou sobre as propostas que devem ser pautadas em suas participações na comissão que analisa o Projeto de Lei 6437/16, que define as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

## Processo de trabalho

“Ela mudou significativamente, da década de 80 até os dias atuais, o seu processo de trabalho. A categoria começou o seu processo de trabalho voltado para a questão materno-infantil, da vacina, da diarreia e do pré-natal. E muitos não tinham nem o nível fundamental. Hoje, uma grande parte já possui o ensino médio e muitos possuem o ensino superior. Estamos diante de uma categoria que ainda deve lidar com as questões materno-infantil, mas agora envolvendo a complexidade das doenças crônicas, acompanhamento de pacientes diabéticos, hipertensos, acamados e também aqueles com envolvimento com as drogas”, explicou Odorico Monteiro.

## Interdisciplinar

O trabalho interdisciplinar dos Agentes de Saúde também foi explicado pelo deputado. “Esses profissionais possuem supervisão de uma equipe, ou seja, não há apenas um profissional agente de saúde sob supervisão de apenas um profissional. A supervisão é multiprofissional, ou seja,

envolve o médico, a enfermagem, a assistência social, o psicólogo, o educador físico, além de um relacionamento direto com a comunidade”, disse Odorico Monteiro.

## Piso congelado

“A atualização do piso, na verdade, acompanha a própria evolução da carreira que, hoje, deve lidar com situações delicadas e cada vez mais complexas no atendimento à população. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde está inserido neste contexto, mas cabe lembrar que as atribuições destes profissionais foram evoluindo e cada vez mais exigindo o aprimoramento, diante dos diversos desafios e das novas realidades”, argumentou o deputado.

Odorico Monteiro explicou ainda que nunca houve atualização do salário desses trabalhadores desde a promulgação da lei. Em junho de 2014, após uma mobilização nacional dos agentes, foi promulgada a Lei 12.994/14, que, entre outras disposições, definiu o piso salarial nacional profissional e jornada de 40 horas semanais.

## Criança feliz

Outra proposta para a comissão diz respeito ao debate em torno do projeto Criança Feliz. “A proposta, em termos gerais, é criar um novo profissional para o território, que trabalharia dentro desse programa Criança Feliz. O impacto é de R\$ 80 milhões, então gostaríamos que o mi-

nistro Osmar Terra pudesse explicar isso a todos”, disse.

De acordo com o governo federal, o programa Criança Feliz promove um aumento do acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, que possuem bebês ou crianças de até 3 anos de idade.

## Entenda

O PL 6437/16, do deputado Raimundo Gomes de Matos, altera a lei que regula a profissão (11.350/06) de agente comunitário e redefine as atribuições desses profissionais, diferenciando atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas.

No texto, também é exigido o ensino médio como condição para o exercício da atividade, além de 200 horas de curso de aperfeiçoamento a cada 24 meses de atuação.

## **i** DESTAQUE

### Odorico Monteiro lança no Ceará programa de agricultura sustentável

Com o apoio da Fundação da Ordem Social (FOS), foi lançado o Programa de Desenvolvimento e Inovação para a Agricultura Sustentável do Nordeste. O programa será desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), sob a coordenação do deputado federal Odorico Monteiro (Pros-CE).

O seminário de lançamento do Programa ocorreu na sexta-feira (24), no auditório do IF Quixadá.

A máquina que produz água extraída do ar foi apresentada aos participantes durante o evento. Desenvolvida pelo engenheiro brasileiro, Pedro Ricardo Paulino, a tecnologia vem sendo aprimorada há mais de 10 anos pela empresa Wateair que já comercializa seus produtos no Brasil e no exterior. Agora, essa tecnologia vai ser usada para abastecer um avançado sistema de agricultura hidropônica que irá cultivar espécies de tomates melhoradas geneticamente em Quixadá.